



28 DE FEVEREIRO DE 2018

Quarta-feira

- TEMER ADIA DE NOVO ANÚNCIO DE REGIME AUTOMOTIVO
- FIESP: 63,5% DA INDÚSTRIA DE SP PLANEJA MANTER POSTOS DE TRABALHO ESTÁVEIS
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA VOLTA A SUBIR EM FEVEREIRO E ULTRAPASSA NÍVEL NEUTRO , DIZ FGV
- PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA EM 2017 CRESCE 4,5%, APONTA PESQUISA DA CNI
- A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E AS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS
- MINISTÉRIO DO TRABALHO ORIENTA FISCALIS A NÃO APLICAR REFORMA AO PASSADO
- REFORMAS ECONÔMICAS PODERIAM ELEVAR CRESCIMENTO DO PAÍS EM 1,4 PONTO, DIZ OCDE
- DESEMPREGO NO BRASIL SOBE A 12,2% NO TRI ATÉ JANEIRO, ACIMA DO ESPERADO, COM SAZONALIDADE
- PAÍS GANHOU 157 MIL POSTOS DE TRABALHO EM UM TRIMESTRE, APONTA PNAD CONTÍNUA
- BRASIL PERDE 562 MIL VAGAS COM CARTEIRA ASSINADA NO PERÍODO DE UM ANO, DIZ IBGE
- OCDE PROJETA CRESCIMENTO DE 2,2% PARA O BRASIL EM 2018; FALTA DE REFORMA É RISCO
- ARTIGO: INSUSTENTÁVEL
- RELATOR DIZ QUE MP VAI MODERNIZAR MICROCRÉDITO PARA PEQUENO EMPREENDEDOR
- CÂMARA APROVA MP QUE AMPLIA O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO
- PROJETO ISENTA DE IMPOSTOS E TAXAS OS PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA BÁSICA
- CÂMARA APROVA MP QUE DISPENSA ESTADOS DE REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

- SETOR DE EMBALAGENS TEM PRIMEIRA ALTA DESDE 2013
- QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AGUARDA SINAL DO 5G
- ARTIGO: PAGAMOS CARO PELA INFLAÇÃO DA INSEGURANÇA
- ESOCIAL: RECEITA NÃO VAI DAR MAIS PRAZO PARA AS GRANDES CORPORações
- COMISSÃO DEBATERÁ NA QUINTA-FEIRA MP SOBRE TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO
- MEIRELLES DIZ QUE VAI APRESENTAR PROJETO DE SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA
- REFORMA TRIBUTÁRIA DEVERÁ SER VOTADA ANTES DA PREVIDÊNCIA, DIZ MEIRELLES
- REFORMA DO PIS/COFINS PODE FICAR PARA AGOSTO
- SETOR DE SERVIÇOS VAI FICAR FORA DA MUDANÇA DO PIS/COFINS
- CONFIANÇA DE SERVIÇOS DO BRASIL SOBE EM FEVEREIRO E APONTA MAIOR ÍMPETO DE CONTRATAÇÕES, DIZ FGV
- IGP-M DEVE TER ALTA EM TORNO DE 0,20% EM MARÇO, PROJETA FGV
- SOB PRESSÃO, CADE DECIDE VENDA DA LIQUIGÁS PARA O ULTRA
- DISTRIBUIDORAS DE GÁS DE COZINHA SEGURAM CORTE NO PREÇO
- ARTIGO: MUDANÇAS HISTÓRICAS, JUROS HISTÉRICOS
- VALE FECHA 2017 COM LUCRO 28% MAIOR E MENORES INVESTIMENTOS DESDE 2005
- GERDAU REVERTE PREJUÍZO E TEM LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DE R\$262 MI NO 4º TRI; EBITDA AJUSTADO SOBE 65%
- FCA ABANDONARÁ MOTORES A DIESEL, O QUE ATINGIRIA RENEGADE E COMPASS
- FINANCIAMENTOS COMEÇAM O ANO EM ALTA, APONTA BANCO CENTRAL
- MERCEDES-BENZ TESTA CAMINHÕES ELÉTRICOS NO DIA A DIA NA EUROPA
- TOYOTA AMPLIA EXPORTAÇÃO DO COROLLA BRASILEIRO À COLÔMBIA
- WEG TEM LUCRO LÍQUIDO DE R\$1,142 BI EM 2017
- MDIC NÃO CONSEGUE REPOSTA DOS EUA EM RELAÇÃO À SOBRETAXA DO AÇO

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 28/02/2018 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,249 | 3,249 |
| Euro | 3,962 | 3,964 |

Fonte: BACEN

Temer adia de novo anúncio de regime automotivo

28/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer não cumpriu a promessa de lançar em fevereiro a nova política industrial para o setor automobilístico, batizada de Rota 2030 e não tem um novo prazo para tirar do papel o plano. Nos bastidores, técnicos do governo e executivos das montadoras admitem que o programa precisará ser “enxugado” para superar as resistências da área econômica.

A promessa do Rota 2030 para este mês foi feita pelo presidente a representantes do setor que estiveram com ele em novembro do ano passado. O ministro da Indústria, Marcos Jorge de Lima, também disse, no dia 20 deste mês, que o anúncio do novo programa seria ainda em fevereiro.

A afirmação do ministro se deu durante apresentação das obras de expansão do complexo industrial da Chevrolet, em São Caetano do Sul (SP). No mesmo evento, na presença do ministro, o presidente da General Motors para o Mercosul, Carlos Zalenga, reclamou da lentidão do governo federal para anunciar o Rota 2030. “É fundamental que tenhamos fundamentos para continuar a crescer e investir”, disse Zalenga. O executivo afirmou que para a montadora seguir investindo precisa ter condição de saber como será o futuro.

O Rota 2030 foi formulado para substituir o Inovar Auto, um programa de incentivos fiscais para montadoras que se encerrou no dia 31 de dezembro passado. Ele deveria ter sido lançado até o final de 2017, mas o prazo não foi cumprido por um impasse entre os ministérios da Fazenda e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). A divisão entre as duas pastas será arbitrada pelo Palácio do Planalto. No momento, o programa está em análise técnica na Casa Civil.

Burocracia

Num cenário de restrição nas contas públicas, o Rota 2030 empacou na burocracia porque envolve descontos tributários de R\$ 1,5 bilhão para gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico das montadoras. Na avaliação de alas do governo, é uma concessão elevada demais diante da falta de dinheiro para outros programas federais. Executivos do setor admitem que esse pacote de benefícios terá de ser reduzido ou adiado para que o Rota 2030 saia do impasse. Ainda assim, as discussões têm sido difíceis.

Em defesa do Rota 2030, os executivos das montadoras alegam que os países que têm indústria automobilística têm políticas de estímulo ao setor. A indústria cobra uma definição para poder se planejar.

A indefinição é um problema maior para as montadoras “premium”, que investiram pesadamente no Brasil amparadas pela proteção tarifária contra importados estabelecida pelo Inovar Auto. Essa prática, porém, foi condenada pela Organização Mundial do Comércio (OMC). O Rota 2030 não tem nada semelhante.

O orçamento federal para 2018 não prevê nenhum centavo de incentivo para as montadoras. Quando o Rota 2030 “subiu” para ser decidido no Planalto, a proposta do Mdic já previa que o desconto nos impostos só ocorreria a partir de 2021. A pasta quer dar um desconto de 1 a 2 pontos percentuais no IPI para as montadoras que, na média, cumpram as metas de segurança veicular, etiquetagem, eficiência energética e gastos mínimos em pesquisa e desenvolvimento.

A proposta da Fazenda é um pouco diferente: prevê que a tabela do IPI volte para os níveis pré-Inovar Auto, com um acréscimo de dois pontos percentuais. O aumento não será cobrado daquelas montadoras que aderirem a um conjunto de metas que é

parecido com o da proposta do MDIC: segurança veicular, etiquetagem e eficiência energética.

Na prática, esse adicional não será cobrado de imediato, pois se acredita que todas as montadoras pedirão para entrar no programa. A partir de 2021, as montadoras que não cumprirem as metas passarão a pagar a alíquota mais alta.

Fiesp: 63,5% da indústria de SP planeja manter postos de trabalho estáveis

28/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Pesquisa divulgada nesta terça-feira, 27, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostra que a maioria (63,5%) dos empresários da indústria paulista pretende manter neste ano seus quadros de funcionários estáveis – ou seja, sem abrir nem fechar vagas de trabalho – porque, entre outros motivos, ainda não percebem uma retomada da produção.

A notícia positiva, por outro lado, é que a parcela das empresas com plano de contratar em 2018, de 24,4%, é maior do que os 16,5% que abriram vagas em 2017, enquanto uma minoria dos entrevistados (10%) manifestou a intenção de cortar postos de trabalho em suas fábricas.

A pesquisa foi feita por e-mail com 509 empresas da indústria de transformação do Estado entre os dias 11 e 26 de janeiro.

Entre as empresas que não pretendem abrir vagas, mais da metade (52,8%) disse que, mesmo num cenário de aceleração econômica, não precisará aumentar muito o quadro de empregados por ainda trabalhar, em sua maioria, com excedente de mão de obra. Outras também responderam que investiram ou pretendem investir em melhora de processo produtivo, reduzindo a necessidade de mão de obra, e 19,3% delas manifestaram o plano de terceirizar atividades de suas empresas.

Já 44,4% dos empresários industriais entrevistados dizem que, se a recuperação econômica ganhar força neste ano, precisarão de mais empregados, já que estão com o quadro enxuto.

No grupo de empresas com plano de contratação, a segurança jurídica, em razão da reforma trabalhista, foi citada por 8,9% dos entrevistados como justificativa para abertura de vagas.

Em 2017, a segurança jurídica justificou contratações em apenas 1,2% das empresas. Entre as empresas que pretendem cortar vagas, 9,8% dizem que precisam de menos mão de obra por conta do aumento da produtividade obtido após investimentos em automação e melhora do processo produtivo. No ano passado, as empresas demitiram, principalmente, devido a fechamento de turnos de trabalho.

Confiança da indústria volta a subir em fevereiro e ultrapassa nível neutro , diz FGV

28/02/2018 – Fonte: Reuters

A confiança da indústria brasileira voltou a subir em fevereiro diante da melhora das expectativas, ultrapassando o nível neutro de 100 pontos pela primeira vez em mais de quatro anos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta quarta-feira.

O Índice da Confiança da Indústria (ICI) avançou 1 ponto em fevereiro e foi a 100,4 pontos, acima do chamado nível neutro pela primeira vez desde setembro de 2013, indicando trajetória de crescimento gradual da confiança. Em janeiro, o indicador havia ficado estável.

“Um destaque da sondagem deste mês é a alta disseminada da utilização da capacidade, para um nível comparável ao de meados de 2015”, disse em nota a coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV/IBRE, Tabi Thuler Santos.

A FGV explica que o Nível de Utilização da Capacidade Instalada melhorou em 13 dos 19 segmentos, aumentando 0,9 ponto percentual, para 75,6 por cento em fevereiro, maior nível desde junho de 2015 (75,8 por cento).

De acordo com os dados, 9 dos 19 segmentos industriais avaliados registraram alta da confiança.

O Índice de Expectativas (IE) registrou avanço de 3,4 pontos e foi a 101,4 pontos, maior nível desde junho de 2013 (104,9), com destaque para o indicador de expectativas com a evolução do pessoal ocupado nos três meses seguintes.

Por outro lado, o Índice da Situação Atual (ISA) recuou caiu 1,5 ponto e fevereiro, para 99,4 pontos, diante principalmente da piora na percepção sobre os negócios.

Nesta quarta-feira, a FGV também divulgou que a confiança de serviços melhorou em fevereiro, chegando ao maior nível desde abril de 2014.

Em 2017, a produção industrial do Brasil cresceu 2,5 por cento e terminou no azul após três anos de perdas, com destaque para a recuperação dos investimentos.

Produtividade na indústria em 2017 cresce 4,5%, aponta pesquisa da CNI

28/02/2018 – Fonte: G1

Resultado significa que indústrias produziram mais com menos horas trabalhadas; avanço está relacionado a investimentos em tecnologia e aos cortes de pessoas realizados durante a crise econômica.

O Brasil teve um aumento na produtividade de 4,5% em 2017, de acordo com a pesquisa divulgada nesta quarta-feira (28) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O estudo foca em indústria de transformação, considerada aquela que transforma matéria-prima em produto final. O bom resultado pode ser reflexo do momento de crise econômica vivida pelo país, que levou as empresas a enxugarem suas equipes e os funcionários restantes a trabalhar mais intensamente.

A pesquisa mostra que o volume produzido na indústria cresceu 2,2% no ano passado, enquanto o número médio de horas trabalhadas nas empresas caiu na mesma proporção. Na prática, isso significa que as empresas estão produzindo "mais com menos".

“Se a empresa fica mais eficiente, é possível produzir mais”, explica Renato da Fonseca, gerente de pesquisa e competitividade da CNI. Segundo a CNI, dois fatores levaram ao aumento da produtividade no ano passado.

- **Infraestrutura:** As fábricas menos produtivas acabam fechando suas portas, com isso cai a proporção desse tipo de fábrica no país.
- **Trabalhadores:** Durante a recessão, cortes de equipe são comuns e a tendência é que as empresas retenham os colaboradores mais produtivos e dispensem os que não produzem tanto.
- Esse efeito está relacionado a busca pela sobrevivência, por parte das empresas, e pela manutenção do emprego, por parte dos trabalhadores, explicou Fonseca.
- Segundo ele, esse comportamento é mais perceptível em momentos de crise, quando empresas precisam ser mais eficientes, reduzindo custos, aumentando

assim a sua produtividade. Os funcionários também tendem a se esforçar mais em períodos recessivos.

- Nos últimos 10 anos, a produtividade da indústria brasileiras cresceu 8,4%, segundo a CNI. No entanto, o Brasil ainda é um dos últimos países no ranking de competitividade da própria confederação da indústria.

Na prática

Em Lagoa Santa (MG), uma fábrica que produz um scanner de extensão utilizado em presídios conseguiu reduzir seu tempo de produção quase na metade. "Antes a gente levava em torno de 6 a 7 dias e agora conseguimos fazer em 3, no máximo 4 dias", conta Rodrigo da Silva, gerente de produção da indústria.

Isso ocorreu mesmo em um momento em que a empresa precisou cortar pessoas. Para conseguir suportar o aumento de trabalho com uma equipe menor, a companhia teve que repensar a estrutura da fábrica. Ela instalou carrinhos com as ferramentas necessárias para a produção ao lado do trabalhador, reduzindo em 80% a movimentação de pessoas na fábrica.

"Com essas melhorias, ajudou a sentir menos o impacto de perder pessoas", afirmou Silva.

Outro que repensou seu processo produtivo em 2017 foi Vladimir Rossi, sócio de uma fábrica de produtos para sorveterias em Vila Velha (ES). Ele disse que não precisou fazer cortes no período, já que seu negócio cresceu na crise. Sua empresa fornece insumos para vendedores de sorvete e, com a crise, cresceu o número de ambulantes. O ganho de produtividade veio com investimento em tecnologia.

"Conseguimos diminuir o retrabalho e colocamos uma espécie de timer numa das máquinas que para automaticamente quando finaliza a etapa de produção. Só isso já aumentou a produtividade e até reduziu custo", afirma o empresário. Segundo a CNI, o ganho de produtividade da empresa foi de 221,75%.

Tecnologia

O avanço tecnológico impacta diretamente na produtividade dos negócios, segundo a pesquisa. Em momentos de crise, ela também assusta os funcionários que têm medo de perder seus empregos para as máquinas.

"Com as empresas ganhando mais mercado, o número de vendas aumenta. Se a empresa estiver mais competitiva, ela vai acabar contratando mais pessoas", avalia o gerente da pesquisa.

"O que determina o número de empregos é muito mais se a economia está crescendo do que a tecnologia. A tecnologia determina qual emprego vai estar disponível"

Brasil ainda perde para outros países

Apesar dos resultados positivos, o Brasil se mantém na penúltima colocação no ranking de competitividade feito pela CNI. O país ocupa a mesma posição desde 2012. Para Fonseca, para o Brasil chegar ao nível dos países desenvolvidos e até dos emergentes, é preciso manter o ritmo de crescimento.

"Considerando que o crescimento (da produtividade) foi gerado pela crise, que é a nossa suspeita, assim que a crise acabar, o efeito perde força. Se a gente não intensificar o investimento em inovação nas empresas, ou seja, trazendo novas tecnologias, novas máquinas, continuar fazendo os investimentos em gestão, a gente perde ritmo e não consegue alcançar esses países".

Para a CNI, o chamado "custo-Brasil" também é um fator decisivo para a competitividade das indústrias brasileiras. Altas cargas tributárias, alto custo com

transporte são alguns pontos que encarem o preço final e atrapalham o produto brasileiro.

“A gente tem empresas altamente competitivas, completamente robotizadas, com linha de produção elevada e trabalhadores bem eficientes. Elas podem ser muito produtivas, mas acabam não sendo competitivas, porque outros custos fora da empresa atrapalham. Isso desestimula as empresas a aumentar o investimento”, comenta Fonseca.

A contribuição sindical e as negociações coletivas

28/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Em virtude da previsão legal e do posicionamento já firmado no Judiciário, não basta constar nas convenções ou acordos coletivos que o desconto deverá ser realizado



Jaécio Santana/Força Sindical

A reforma trabalhista alterou a CLT no sentido de que as contribuições sindicais, entre elas o imposto sindical, somente poderão ser descontadas da remuneração dos trabalhadores se estes o tiverem autorizado prévia e expressamente. E como ficam as convenções e acordos coletivos que determinam o desconto?

Inicialmente, é importante destacar que a grande mudança ocorrida na CLT sobre o assunto é o fato de que o imposto sindical perde a sua característica de obrigação e passa a ser opcional por parte do trabalhador. Ele não deixou de existir; se qualquer pessoa quiser que seja realizado o desconto de um dia de salário anualmente em favor do sindicato de sua categoria, basta autorizá-lo expressamente (por escrito), como prevê o artigo 579 da CLT.

Sobre a contribuição sindical prevista nas convenções e acordos coletivos de trabalho, o Judiciário já tinha posicionamento firmado – o TST, por meio do Precedente Normativo 119 da SDC; e o STF, por meio da Súmula Vinculante 40 – no sentido de que, se prevista em algum desses instrumentos coletivos, somente se tornaria obrigação para os trabalhadores efetivamente associados ao sindicato representativo dos trabalhadores, sendo indevida para os que não são associados.

Hoje, em razão da reforma trabalhista, a legislação criou mais um detalhe a ser verificado antes de se realizar o desconto: a necessidade de autorização prévia e expressa por parte do trabalhador, ainda que associado ao sindicato.

Em virtude da previsão legal e do posicionamento já firmado no Judiciário, não basta constar nas convenções ou acordos coletivos que deverá ser realizado o desconto, e que a assembleia que aprovou a negociação coletiva teria poderes para fixar que não é mais necessária a autorização expressa do trabalhador, pois o inciso XXVI do artigo 611-B da CLT proíbe este tipo de previsão nos instrumentos coletivos: “Constituem objeto ilícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, exclusivamente, a supressão ou a redução dos seguintes direitos: (...) XXVI – liberdade de associação profissional ou sindical do trabalhador, inclusive o direito de não sofrer, sem sua

expressa e prévia anuência, qualquer cobrança ou desconto salarial estabelecidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho”.

É provável que as empresas venham a ser cobradas pelos sindicatos em razão da previsão do desconto nas convenções e acordos coletivos, e deverão criar um procedimento interno para enfrentar esta situação, lembrando que neste caso as empresas não passam de meros intermediários da relação entre as entidades sindicais e os trabalhadores da categoria, independentemente da previsão no instrumento coletivo.

Para se evitar o descumprimento da lei, as empresas poderão requisitar aos sindicatos documentos que comprovem a autorização expressa por parte dos trabalhadores para que os valores sejam descontados de seus salários; ou, ainda, solicitar aos seus empregados que apresentem algum documento neste sentido. E, no caso de não haver nenhum documento que autorize o desconto, em razão da previsão legal as empresas não poderão realizá-lo.

Este é o momento em que as empresas deverão ter um bom relacionamento sindical com as entidades representativas das categorias profissionais, para posicionarem-se nos termos da lei, bem como cabe aos sindicatos conquistar seus representados para que estes autorizem os descontos.

André Luiz de Oliveira Brandalise é advogado especialista em Direito Trabalhista Patronal e Negociado Sindical.

Ministério do Trabalho orienta fiscais a não aplicar reforma ao passado

28/02/2018 – Fonte: Contabeis.com

Uma orientação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) jogou um balde de água fria na pretensão de muitos empresários de ver as normas da reforma trabalhista aplicadas ao passado e, portanto, ter multas e sanções antigas perdoadas. Ainda pouco divulgada entre as empresas, a Nota Técnica SIT nº 303, de 2017, determina que os auditores deverão aplicar a reforma (Lei nº 13.467) somente ao presente.



Os fatos ocorridos antes da lei, em vigor desde 11 de novembro do ano passado, serão enquadrados nas regras da CLT anterior, ainda que a fiscalização seja promovida no presente. Como a reforma flexibilizou diversos pontos em favor dos empregadores, eles buscavam a aplicação da norma mais benéfica em favor das companhias, ideia que vem de um princípio do direito penal.

De acordo com a advogada e professora Juliana Bracks, do escritório que leva seu nome, muitas empresas e advogados concluíram erroneamente que os autos de infração do passado deveriam ser cancelados ou ainda que nas fiscalizações promovidas no momento não se poderiam punir as companhias por infrações anteriores à nova lei.

A advogada exemplifica com o banco de horas. Antes da reforma, as jornadas extras só poderiam ser compensadas via banco de horas a partir de negociação coletiva e aprovação do sindicato. Agora, as companhias podem fechar acordos individuais diretamente com o trabalhador.

As empresas que possuíam esses bancos sem negociação com os sindicatos estavam e ainda estão sujeitas à autuação do Ministério do Trabalho se os fatos ocorreram antes da mudança na CLT. "A nota explica que vale é o fato gerador investigado e não o momento da fiscalização", diz Juliana.

Outra situação lembrada pela professora e advogada Dânia Fiorin Longhi, do Fiorin Longhi Advocacia, são as chamadas horas "in itinere", que deixaram de existir com a reforma, mas que já foram alvo de muitas autuações.

Antes da Lei 13.467, a jurisprudência trabalhista considerava que o tempo gasto pelo trabalhador da entrada da fábrica até o posto de trabalho deveriam ser acrescidos às horas trabalhadas.

Dânia explica que o princípio do direito penal que prevê aplicar a norma mais benéfica em favor do réu não vale para o direito administrativo e do trabalho, principalmente porque nesse caso o hipossuficiente é o trabalhador e não o empresário. "Não se pode retroagir a lei para perdoar infrações."

Na nota técnica, o Ministério do Trabalho informa que o princípio da retroatividade da norma mais benéfica não se aplica à administração pública, que deve seguir a lei de forma restrita.

O órgão também se baseia em outro princípio, o do tempo que rege o ato, previsto no artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/42). Segundo o dispositivo, os atos jurídicos se regem pela lei da época em que os fatos ocorreram.

Assim, conforme a nota, os auditores fiscais do trabalho devem aplicar a lei vigente ao tempo que gerou a obrigação descumprida ainda que a inspeção seja em momento posterior. "Condutas típicas e ilícitas que deixaram de ser infração permanecem puníveis se as violações correram antes da reforma", diz a nota.

De acordo com o advogado Daniel Chiode, do Mattos Engelberg Advogados, a previsão da nota de não aplicar a retroação da reforma está correta e alinhada com a própria CLT e com o Decreto-Lei 4.657. "Com essas disposições não é possível discutir direito adquirido", diz.

Outro ponto da nota considerado importante é o que diz que os auditores não poderão declarar inconstitucionalidade de lei, pois esta não seria uma função de órgãos do Poder Executivo, independentemente das legítimas discussões sobre pontos da reforma.

Chiode avalia que a nota mostra o caminho que o Ministério do Trabalho quer que os fiscais adotem e que acaba por vinculá-los. Por esse motivo, o advogado avalia que qualquer chance de o auditor não cumprir a reforma deixaria de existir.

No ano passado, muitos auditores em protesto à reforma disseram que não aplicariam as novas regras em suas fiscalizações.

As declarações ocorreram a partir das discussões promovidas durante a 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Reformas econômicas poderiam elevar crescimento do País em 1,4 ponto, diz OCDE

28/02/2018 – Fonte: EM.com

A adoção de um conjunto de reformas econômicas poderia elevar o crescimento da economia brasileira em 1,4 ponto porcentual, segundo estimativas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os economistas do organismo estimam, por exemplo, que a redução das barreiras ao comércio exterior teria um impacto de 8% sobre o PIB. Já a redução de barreiras ao empreendimento, como diminuição de custos administrativos e maior velocidade na emissão de licenças, poderia resultar em um impulso de 5%.

Um maior desenvolvimento dos mercados financeiros nacionais, com a entrada de bancos privados no crédito de longo prazo, teria impacto de 3%. A redução da corrupção contribuiria com 3% e uma maior eficácia governamental, com auditorias, mais 2%.

Tudo somado, haveria um aumento médio do crescimento anual de 1,4 ponto. O cálculo consta do relatório "Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018", divulgado nesta quarta-feira, 28, pela entidade.

Desemprego no Brasil sobe a 12,2% no tri até janeiro, acima do esperado, com sazonalidade

28/02/2018 – Fonte: Reuters

O Brasil iniciou 2018 com aumento da taxa de desemprego acima do esperado e do número de pessoas sem trabalho, reflexo das demissões sazonais após as vagas temporárias de final de ano, mas também da reação débil do mercado de trabalho à recuperação econômica.

A taxa de desemprego brasileira subiu a 12,2 por cento no trimestre até janeiro de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quarta-feira.

O resultado voltou ao mesmo patamar visto no trimestre até outubro do ano passado, depois de a taxa ter ficado em 11,8 por cento no final do ano passado, e veio acima da expectativa em pesquisa da Reuters de 12 por cento.

"Não houve retenção plena de pessoas que foram contratadas para as festas de final de ano. Isso é normal. Só em momentos de boom e aquecimento é que os serviços, o comércio e as empresas seguram essas pessoas", explicou o coordenador da pesquisa, Cimar Azeredo.

"Se não fosse o período sazonal, a taxa deveria continuar caindo", completou Azeredo, explicando que a tendência sazonal deve provocar aumento da taxa até março, mas que o Carnaval em fevereiro foi forte para o setor e pode criar novo efeito.

Entre novembro e janeiro, o país tinha 12,689 milhões de pessoas desempregadas, contra contingente de 12,3 milhões no quarto trimestre de 2017 e de 12,921 milhões no mesmo período do ano anterior.

Já o número de pessoas ocupadas caiu no período a 91,702 milhões, sobre 92,1 milhões no período anterior e 89,854 milhões no mesmo período do ano anterior.

O emprego informal continua ditando a regra no mercado de trabalho, que ainda mostra dificuldades de deslanchar após dois anos de recessão, apesar do cenário de inflação e juros baixos, com recuperação da atividade.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, o número de trabalhadores no setor privado sem carteira assinada subiu 5,6 por cento e era de 10,987 milhões no trimestre até janeiro. Ao mesmo tempo, o contingente de empregados com carteira caiu 1,7 por cento e foi a 33,296 milhões.

A Pnad Contínua mostrou ainda que o rendimento médio do trabalhador foi a 2.169 reais nos três meses até janeiro, sobre 2.161 reais no trimestre até dezembro e 2.135 reais no mesmo período do ano anterior.

País ganhou 157 mil postos de trabalho em um trimestre, aponta Pnad Contínua

28/02/2018 – Fonte: EM.com

O Brasil ganhou 157 mil postos de trabalho em um trimestre, ao mesmo tempo em que 51 mil pessoas deixaram o contingente de desempregados.

Outros 252 mil indivíduos aderiram à população inativa. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados nesta quarta-feira, 28, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Ainda que seja pelo trabalho informal, você tem uma recuperação do mercado em termos de volume, seja de maior ocupação ou de menor desocupação", disse Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

No trimestre encerrado em janeiro, o mercado de trabalho perdeu 7 mil vagas com carteira assinada em relação ao trimestre anterior, encerrado em outubro. O contingente de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado cresceu em 8 mil pessoas e outros 227 mil indivíduos aderiram ao trabalho por conta própria.

O setor público teve queda de 220 mil postos de trabalho em apenas um trimestre. O número de empregados no trabalho doméstico aumentou em 61 mil pessoas.

Brasil perde 562 mil vagas com carteira assinada no período de um ano, diz IBGE

28/02/2018 – Fonte: EM.com

O mercado de trabalho no País perdeu 562 mil vagas com carteira assinada no período de um ano.

O total de postos de trabalho formais no setor privado encolheu 1,7% no trimestre encerrado em janeiro ante o mesmo período do ano anterior, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já o emprego sem carteira no setor privado teve aumento de 5,6%, com 581 mil empregados a mais. O total de empregadores cresceu 4,3% ante o trimestre até janeiro de 2017, com 180 mil pessoas a mais.

OCDE projeta crescimento de 2,2% para o Brasil em 2018; falta de reforma é risco

28/02/2018 – Fonte: EM.com

O trabalho por conta própria cresceu 4,4% no período, com 986 mil pessoas a mais. A condição de trabalhador familiar auxiliar aumentou 3,6%, com 79 mil ocupados a mais. O setor público gerou 317 mil vagas, um avanço de 2,9% na ocupação.

Houve aumento de 267 mil indivíduos na condição do trabalhador doméstico, 4,4% de ocupados a mais nessa função.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta que a economia brasileira crescerá 2,2% em 2018 e 2,4% em 2019. Os dados constam do documento "Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018", divulgado nesta quarta-feira, 28, pela entidade. O secretário-geral da instituição, Angel Gurría, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, detalham o estudo nesta data em Brasília.

O documento avalia que a retomada do crescimento foi iniciada em 2017, após oito trimestres consecutivos de queda. "Espera-se que o crescimento fique mais forte em 2018 e 2019", aponta o relatório. "Pressupondo a implantação de uma parte substancial dos atuais projetos de reforma, a confiança e as condições de crédito facilitadas darão apoio ao investimento."

As projeções da entidade para os investimentos são de 2,5% este ano, após registrar 2,5% negativos em 2017, e de 2,7% no ano que vem. O consumo privado deve avançar 3% neste ano e 2,5% no ano que vem e a taxa de desemprego deve recuar dos 12,7% em 2017 para 11,2% em 2018 e 9,4% em 2019.

Riscos

Essas projeções, no entanto, correm o risco de não se concretizarem se não forem seguidas à risca medidas na área fiscal. "Se o novo teto de gastos não for seguido, uma dinâmica fiscal insustentável poderia reduzir a confiança e disparar a volta da recessão", alerta.

O documento alerta também para as dificuldades de manutenção do crescimento sem a reforma da Previdência, "sem a qual a regra de gastos não será cumprida no médio prazo". "Será a prova dos nove para a capacidade das autoridades de implantar mais reformas estruturais."

Artigo: Insustentável

28/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em 2050, teremos dois trabalhadores para sustentar um aposentado

É um fato reconhecido que o problema do atendimento às necessidades básicas da população como segurança coletiva, saúde, educação, habitação, saneamento e mobilidade urbana é agravado pela falta de recursos e pela baixa qualidade dos serviços públicos.

Quem tem alguma experiência, por exemplo, com a administração da educação nas escolas públicas de primeiro e segundo grau, sabe que ela depende essencialmente das qualidades e do preparo dos seus diretores.

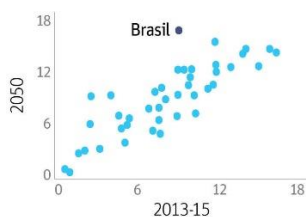
Quando eles têm competência para manter a ordem, fazer-se respeitar, fazer respeitar os professores e atrair a atenção das famílias dos alunos, floresce uma cooperação e uma solidariedade que eleva a qualidade da educação.

É claro que as condições físicas da escola e a satisfação dos professores com a sua nobre profissão são condições necessárias, mas a condição suficiente é a capacidade de cooptação do diretor produzida por seu preparo e personalidade. Ele e os professores precisam de uma boa carreira, salários razoáveis e uma aposentadoria digna, hoje fortemente prejudicados pelos espantosos gastos com salários e aposentadorias da alta burocracia não eleita que controla o Estado.

Um exemplo disso são os gastos médios com aposentadorias pagas durante o exercício de 2016. Se a aposentadoria média paga pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) for usada como unidade de medida, o “teto” do sistema é igual quatro vezes a média, ou seja, quem se aposenta com o maior valor do INSS recebe, aproximadamente, o que recebem quatro aposentados médios. O servidor humilde do Poder Executivo recebe, em média, a soma de seis aposentados médios do INSS e os servidores militares, oito.

A partir daí há uma enorme descontinuidade: Ministério Público, com média igual a 15 vezes a média do INSS; Judiciário, com média igual a 21; e Legislativo, com média igual a 23 vezes a média do INSS. Em um mês, chega-se a receber o que um trabalhador ganha em dois anos.

Na média geral, uma aposentadoria do setor público é equivalente à aposentadoria de 13 participantes do setor privado. O gráfico abaixo mostra a generosidade insustentável do nosso [sistema previdenciário](#). Em 2050, teremos dois trabalhadores para sustentar um aposentado. Lá vamos lembrar de Temer, pois a demografia não perdoa.



Projeção do gasto público com Previdência em relação ao PIB, em %; no Brasil, em comparação a outros países, a fatia passa de 9,1%, em 2013-2015, para 16,8%, em 2050.

Antonio Delfim Netto - Economista, é ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), ex-deputado federal e professor.

Relator diz que MP vai modernizar microcrédito para pequeno empreendedor

28/02/2018 – Fonte: Agência Câmara dos Deputados

Relator da Medida Provisória [802/17](#), o deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) disse que a medida moderniza a oferta de crédito para o pequeno empreendedor e inclui na legislação as fintechs, empresas financeiras que atuam por meio virtual.

“Isso vai oferecer grande possibilidade para quem quer empreender. Estamos falando do popular, do informal, da base da pirâmide dos brasileiros”, disse Otavio Leite.

O deputado afirmou que há potencial para oferta de R\$ 3 bilhões para o microcrédito produtivo orientado.

Microcrédito

A Medida Provisória 802/17 reformula o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), destinado a conceder pequenos empréstimos a empreendedores de baixa renda.

O valor máximo de receita bruta anual do público-alvo passa de R\$ 120 mil para até R\$ 200 mil, mas os beneficiados não contarão mais com subsídio de juros pago pelo governo. O subsídio, instituído em 2013, cobria a diferença de juros entre o custo efetivo total suportado pelo tomador e o custo de captação dos recursos empregados pelo banco no empréstimo.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) disse ser favorável à proposta, mas alerta que é necessário oferecer juros diferenciados para que as dívidas não sejam impagáveis e para que o microcrédito não seja voltado apenas para aumentar os lucros de bancos.

Já o deputado Davidson Magalhães (PCdoB-BA) disse que a ampliação dos valores e dos agentes aptos a oferecer microcrédito são pontos positivos da proposta.

- Íntegra da proposta:
- [MPV-802/2017](#)

Câmara aprova MP que amplia o Programa Nacional de Microcrédito

28/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

A Câmara aprovou nesta terça-feira, 27, a Medida Provisória 802, que amplia e atualiza o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, criado em 2005 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O texto segue agora para análise do Senado.

Entre outras medidas, a MP aumenta de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil o limite de renda ou receita bruta anual para que pessoas físicas e jurídicas possam recorrer a empréstimos para financiar atividades produtivas. O texto também acrescenta novas fontes de financiamento para o microcrédito, antes concedidos apenas com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e da parcela dos recursos de depósitos à vista destinados a esse fim.

Na sessão desta terça-feira, foi aprovada uma emenda do PDT que estabelece juros limitados a 2,7% do custo de captação dos recursos emprestados. Os deputados também suprimiram do texto o trecho que obrigava as Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos a operarem de forma vinculada com bancos.

A MP foi assinada pelo presidente Michel Temer em setembro do ano passado, como ações do Plano Progridir, que tinha como foco beneficiários do Bolsa Família.

Projeto isenta de impostos e taxas os produtos que compõem a cesta básica

28/02/2018 – Fonte: Agência Câmara dos Deputados



O deputado Heuler Cruvinel, autor do projeto de lei, lembra que a carga tributária sobre a cesta básica é muito elevada.

Os produtos que compõem a cesta básica poderão ser isentos – ou submetidos à alíquota zero – de todos os impostos, contribuições e taxas, de competência federal, estadual e municipal, que sobre eles incidem direta ou indiretamente ao longo de toda a cadeia produtiva e distributiva.

É o que prevê o Projeto de Lei 8296/17, do deputado Heuler Cruvinel (PSD-GO), em análise na Câmara. “A carga tributária sobre os produtos de consumo básico no nosso País é muito elevada e onera sobremaneira o custo final dos produtos”, justifica o parlamentar.

Ele cita como exemplos de impostos que incidem sobre esses produtos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Programa de Integração Social (PIS→).

Segundo a proposta deverão compor a cesta básica, para efeitos da medida, pelo menos os seguintes produtos: açúcar, refinado e cristal; alho; arroz; biscoito; café, torrado ou moído; carne de gado, frango e galinha; charque; creme dental; esponja de aço; extrato de tomate; farinha de mandioca; farinha de trigo; feijão; fubá; leite desidratado; macarrão; óleo de soja; pão; pescado; preservativo (camisinha); sabão em pedra; sabonete; sal de cozinha; salsicha, linguiça e mortadela; sardinha em lata.

O texto prevê que o Poder Executivo vai regulamentar a lei, caso seja aprovada, no prazo de até 60 dias após a sua publicação, inclusive relativamente à fiscalização do seu cumprimento.

Tramitação

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

- Íntegra da proposta:
- [PL-8296/2017](#)

Câmara aprova MP que dispensa Estados de requisitos para obtenção de empréstimos

28/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Apesar da obstrução da oposição para impedir a votação, o plenário da Câmara aprovou na noite desta terça-feira, 27, a Medida Provisória 801/2017, que favorece Estados com planos de recuperação fiscal homologados pelo Ministério da Fazenda. A MP precisa ser aprovada até esta quarta-feira pelo Senado para não perder a validade.

Na prática, a MP abre caminho para o empréstimo que o Rio de Janeiro teria a receber como antecipação da privatização da Cedae.

A medida dispensa o Rio e outras unidades da Federação de uma série de exigências, antes obrigatórias, “para fins de contratação, aditamento, repactuação e renegociação de operações de crédito, concessão de garantia pela União e contratação com a União”.

A MP foi editada no período em que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ocupava interinamente a Presidência da República, em setembro. Embora a decisão já estivesse no radar do governo, Maia fez questão de subscrever uma medida que ajuda seu reduto eleitoral.

Pela MP, a concessão de garantias do Tesouro com base na Lei de Recuperação Fiscal dos Estados pode ser feita sem o cumprimento de vários requisitos. Dentre eles, os Estados em recuperação fiscal não precisam comprovar regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nem ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Os entes também ficam dispensados de apresentar certificados de pagamento regular dos tributos federais e da dívida ativa da União.

A dispensa dos requisitos previstos na MP também vale para termos aditivos a contratos de refinanciamento firmados com a União no âmbito de renegociações feitas no ano passado. Dessa forma, a medida beneficia outros Estados, como o Rio Grande do Sul, ao desobrigá-los de requisitos exigidos na legislação brasileira.

Setor de embalagens tem primeira alta desde 2013

28/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Resultado do segmento é indicador que antecipa desempenho da indústria



Latas de alumínio estão entre as embalagens que registraram crescimento no período - Juca Varella - 26.out.2011/Folhapress

A indústria de embalagens voltou a crescer após três anos de retração, segundo o Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

A produção das fabricantes aumentou 1,96% em volume e chegou a R\$ 71,5 bilhões em receita.

“A recuperação veio após um progresso no segundo semestre, principalmente depois do mês de setembro”, afirma Luciana Pellegrino, diretora-executiva da Abre, associação do setor que encomendou o estudo.

A fabricação de embalagens é um indicador antecedente —antecipa o desempenho da indústria nacional—, e a projeção para este ano é de um crescimento mais acelerado, com variação positiva de 2,96%, diz ela.

Quatro dos cinco segmentos analisados pela FGV tiveram melhora no desempenho em 2017. A exceção foram as embalagens de metal, que caíram 3,92%.

“Houve uma evolução na área de alumínio, em parte devido à demanda por produtos como latas de cerveja, mas o nosso mercado, com foco em aço, sofreu mais”, diz Eliane Romeiro, da Silgan White Cap, de tampas metálicas.

A filial da multinacional americana registrou queda de 10% nas vendas em 2017. A previsão é de uma alta de 6% a 7% neste ano, o que não seria suficiente para repor as perdas recentes, afirma.

“Nossa produção é voltada para itens de menor necessidade de consumo e mais caros, como palmito, conservas e alguns sucos”, afirma.

Quarta Revolução Industrial aguarda sinal do 5G

28/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A previsão é que até 2025 a área coberta pelo 5G abrangerá 40% da população mundial

É inegável o sentido de urgência em qualquer debate relacionado à chamada Quarta Revolução Industrial, mas as discussões eclipsam um fato: a tecnologia que vai acelerá-la ainda não chegou ao mercado. Trata-se do chamado 5G, capaz de conectar internet ultrarrápida a todo tipo de coisa.



Ainda que demonstrações pontuais tenham sido feitas —a última dela na Olimpíada de Inverno em PyeongChang, na Coreia do Sul, em fevereiro—, a previsão é que o processo comercial comece apenas no ano que vem. A definição técnica do padrão aconteceu apenas recentemente.

Além disso, a própria GSMA, a entidade que congrega as teles, prevê que sua expansão será mais lenta do que a do 4G, a tecnologia mais avançada atualmente, por falta de investimentos em rede e incertezas operacionais em vários países.

Tema do Fórum Mundial de Davos há dois anos, a Quarta Revolução Industrial tem protagonizado várias discussões no Mobile World Congress, principal feira do setor de telecomunicações, que ocorre nesta semana em Barcelona.

No evento, a melhor síntese sobre a revolução talvez tenha sido feita por Sue Siegel, principal executiva de inovação da GE. Ela elencou três pontos:

1 - a economia passa de um modelo centralizado para um distribuído. "Você recebia energia elétrica de uma central; agora pode instalar um painel solar."

2 - investimento (o capex, no jargão administrativo) perde força em relação a gasto operacional (o chamado opex). "Um exemplo é a Uber. Você compra a viagem, não o carro."

3 - aparelhos estáticos dão lugar aos conectados. "É dado sobre dado, para todo lado."

A primeira Revolução Industrial começou no século 18, impulsionada pela máquina a vapor. A segunda, na virada do século 19 para o 20, teve como símbolos a eletricidade e o telefone. A terceira, a partir do final do século 20, gravitou em torno do computador pessoal e da internet.

O ciclo que está a ponto de começar deverá se basear em inteligência artificial, internet das coisas, robôs, drones e sensores.

"Uma questão chave da Quarta Revolução é que ela acontece enquanto todas essas tecnologias estão surgindo e colidindo entre elas", afirma Mohamed Kande, vice-presidente da PwC.

Uma das consequências esperadas é que fiquem ainda mais borradas as fronteiras entre as indústrias --como as antes demarcadas entre empresas de tecnologia e as de mídia ou bancária.

De modo a demonstrar esse sentido de urgência dos novos tempos, o Mobile World Congress deste ano elencou como principal nome de sua programação o piloto Fernando Alonso, bicampeão mundial da F-1, justamente num debate sobre a Quarta Revolução, nesta terça (27).

Laboratórios históricos de tecnologias que acabam chegando ao dia-a-dia, os carros de F-1 conhecem há tempos um elemento que passará a ser central para a indústria: a comunicação maciça de dados da máquina para uma central distante.

“Alonso vive no 5G há 17 anos”, brincou Zak Brown, diretor-executivo do Grupo McLaren, numa referência ao tempo de carreira do piloto na F-1.

Mas também aí está um exemplo de como no mundo real a coisa ainda não vai tão engrenada assim.

A conexão firme de veículos a outros aparelhos ainda está no estágio de ser exemplo de estande de feiras, como demonstra o caso levantado por Charles Myers, CEO da Airgain, empresa especializada no assunto.

“Vi aqui em Barcelona demonstrações de carro vai a uma garagem, troca de redes e a conectividade não muda”, explicou ele.

Resolvida a conexão em escala da infraestrutura, da qual o 5G é o principal ator, ainda que não o único, haverá brutal explosão da produtividade, previu Siegel, da GE.

Pela previsão da GSMA, até 2025 a área coberta pelo 5G abrangerá 40% da população mundial.

Artigo: Pagamos caro pela inflação da insegurança

28/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os roubos de carga aumentaram 300% entre 2010 e o ano passado

Talvez você ainda não tenha parado para pensar nisso, mas os roubos de carga impactam negativamente os custos de produção. Consequentemente, já estamos pagando caro por estes crimes nos preços de produtos e serviços. A falta de competência das autoridades para prover segurança aos cidadãos, portanto, nos leva a ‘inflação da insegurança’, pois empresas estão transportando cargas via aérea também em rotas curtas, como São Paulo-Rio, para evitar assaltos.

No país dos impostos, bancamos mais um tributo indireto: o ‘pedágio do roubo de cargas’. Como contou matéria desta Folha, não há entrega dos Correios em 43,6% dos endereços do Rio de Janeiro. Os roubos de carga aumentaram 300% entre 2010 e o ano passado.

Mesmo em São Paulo, com melhores indicadores de segurança pública, em quase um terço da cidade ocorrem restrições ou simplesmente não há entrega de encomendas em função da violência.

O consumidor perde sempre. Se quiser evitar prejuízos, tem de fazer seguro, mas nem sempre o ressarcimento equivale ao valor da encomenda segurada.

Não haja dúvida de que tudo isso, além de prejudicar o cidadão, nos impõe perdas de produtividade, despesas com táxi ou aplicativos de transporte e tempo jogado fora.

Um profissional liberal, por exemplo, tem de interromper suas atividades por algumas horas para retirar importante encomenda na agência dos Correios. Por alguns minutos ou horas, deixará de trabalhar e de ganhar dinheiro.

Nem me refiro, aqui, a grandes corporações que adiam investimentos em novas unidades de negócios devido à insegurança. Esses prejuízos são incalculáveis.

Há diversas atividades que não caberiam ao Estado, mas que estão nas mãos dele, devido à estatização de parte da economia. Poderiam, tranquilamente, ser exercidas por empresas privadas. Segurança, não. Logo, os governos estaduais e federal falham exatamente em uma área básica para todas as atividades.

O Estado brasileiro só não se descuida na hora de escarpelar o contribuinte. Novamente, a tabela do Imposto de Renda não foi corrigida, o que significa aumento da carga tributária sem aprovação do Congresso Nacional. Pagamos mais para receber cada vez menos.

Sistemas de vigilância eletrônica, seguranças e transporte por carro-forte são despesas cada vez mais pesadas para as empresas de todos os portes. O crime se organiza com organogramas ao estilo de corporações internacionais e atrapalha o espírito empreendedor do brasileiro, que luta para criar seu próprio emprego, já que não há mais vagas no mercado, exceto as informais e temporárias.

A inflação da insegurança, lamentavelmente, está longe de acabar.

Maria Inês Dolci - Advogada, é especialista em direitos do consumidor.

eSocial: Receita não vai dar mais prazo para as grandes corporações

28/02/2018 – Fonte: Contabeis.com

As grandes empresas do país têm até esta quarta-feira, 28/2, para enviarem ao sistema do eSocial suas informações enquanto empregadores e as respectivas tabelas.



As grandes empresas do país têm até esta quarta-feira, 28/2, para enviarem ao sistema do eSocial suas informações enquanto empregadores e as respectivas tabelas. A medida faz parte da etapa inicial da implantação do eSocial destinada a empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões. Os empregadores que não observarem este prazo estarão sujeitos a penalidades e multas.

Ao todo, estão incluídas neste grupo mais de 14,4 mil empresas e 15 milhões de trabalhadores. Essa primeira etapa foi dividida em cinco fases – distribuída entre os meses de janeiro, março, maio e julho deste ano e janeiro de 2019 – nas quais as grandes empresas do país deverão gradativamente incluir suas informações no eSocial.

Diante disso, a partir da próxima quinta-feira (1º/3) os grandes empregadores já precisam enviar informações relativas aos seus trabalhadores e seus vínculos com as empresas ao sistema, como admissões, afastamentos e demissões, por exemplo.

É importante destacar que os empregadores que não observarem o prazo para o envio das informações iniciais relativas às empresas não conseguirão incluir os chamados eventos não periódicos - relativos aos trabalhadores - já que o envio das informações iniciais das empresas é condição para a inclusão das informações seguintes.

“Estamos agora concluindo a primeira etapa em que os dados cadastrais dos empregadores já estão povoando a nova base do eSocial. A partir desta segunda fase – que começa agora nesta quinta-feira – o eSocial passará a contar com os dados de mais de 15 milhões de trabalhadores. Essa fase é fundamental para o projeto porque, a partir de agora, a gente passa, de fato, a contar com os vínculos trabalhistas já na base do novo sistema do eSocial. Isso já começa a nos dar, pelo volume de dados que

nós passamos a ter na base, a solução tecnológica definitiva que tantas vantagens trará ao setor produtivo, aos trabalhadores e ao governo brasileiro”, comentou o assessor especial para o eSocial, Altemir Linhares.

Em entrevista ao Convergência Digital, o coordenador do eSocial, José Maia, revelou que no primeiro mês de adesão ao eSocial, apenas 2.831 empresas, das 15 mil esperadas, enviaram as informações obrigatórias ao novo sistema. O ritmo estava bem abaixo do desejado. De lá para cá, não foram revelados mais os números de adesão.

Próximas etapas

A partir do próximo mês de julho, o eSocial dá início a segunda etapa de implantação do programa destinada a todos os demais empregadores privados do país, incluindo micro e pequenas empresas e MEIs.

Para este segundo grupo, o processo de incorporação ao programa também se dará de forma escalonada entre os meses de julho, setembro e novembro de 2018 e janeiro de 2019. Já para os empregadores públicos, o processo de implantação ao eSocial começa em janeiro de 2019 e segue até o mês de julho do ano que vem.

Comissão debaterá na quinta-feira MP sobre tributação de fundos de investimento

28/02/2018 – Fonte: Agência Câmara dos Deputados

Relatório do deputado Wellington Roberto (PR-PB) deve ser divulgado na próxima semana

A comissão mista que analisa a Medida Provisória [806/17](#) aprovou hoje (27) a realização de uma audiência pública para discutir o texto do governo, que altera a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre fundos de investimento de diversos tipos. O debate ocorrerá na quinta-feira (1º de março), às 9 horas, em local a ser definido.

A lista de convidados ainda será montada pelo relator da MP, deputado Wellington Roberto (PR-PB), com base em sugestões apresentadas pelos integrantes da comissão. O relator disse que vai entregar o parecer na próxima terça (6 de março).

A MP muda a tributação do Imposto de Renda sobre fundos financeiros chamados exclusivos. Destinados a grandes clientes, esses fundos, que são fechados e não têm livre adesão, pagavam até agosto do ano passado IR apenas no fechamento ou no resgate das cotas.

Com a medida provisória, o imposto passa a ser cobrado todos os anos, como ocorre com os demais fundos de investimentos, ocasionando aumento na tributação.

No ano passado, o governo informou que espera arrecadar com a mudança R\$ 6 bilhões líquidos. A lei orçamentária de 2018 foi aprovada pelo Congresso Nacional com a previsão de arrecadação.

- Íntegra da proposta:
- [MPV-806/2017](#)

Meirelles diz que vai apresentar projeto de simplificação tributária

28/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a reforma tributária deverá ser votada antes da reforma da Previdência por conta da intervenção federal no Rio de

Janeiro, que suspendeu a votação das mudanças na aposentadoria por se tratar de uma modificação constitucional, o que é proibido durante intervenções.

Em entrevista à Rádio FM Capital Campo Grande, o ministro disse que o governo apresentará um projeto de simplificação tributária ao Congresso Nacional, junto ao Orçamento. O governo tem até abril para enviar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao Congresso Nacional. "O melhor de fato é fazermos uma simplificação, uma racionalização tributária", afirmou.

Ele acrescentou que, mesmo com a reforma, a carga tributária brasileira não cairá sem corte de despesas, e ressaltou que o gasto que cresce mais fortemente no Brasil é o da Previdência.

Meirelles, no entanto, minimizou a não votação da reforma da Previdência neste momento dizendo que a mudança é fundamental, mas seu efeito é de longo prazo. "A intervenção no Rio vai durar na pior das hipóteses este ano. Haverá a retomada das discussões da reforma da Previdência após isso", completou.

De acordo com o ministro, sem a reforma da Previdência, haverá uma despesa adicional no ano que vem de R\$ 14 bilhões a R\$ 15 bilhões. Ele foi questionado na entrevista se sentia "saudades" da CPMF e respondeu que a contribuição resolveu um problema temporário, mas não é capaz de compensar o crescimento das despesas da Previdência.

Reforma tributária deverá ser votada antes da Previdência, diz Meirelles

28/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a reforma tributária deverá ser votada antes da reforma da Previdência por conta da intervenção federal no Rio de Janeiro, que suspendeu a votação das mudanças na aposentadoria por se tratar de uma modificação constitucional, o que é proibido durante intervenções.

Em entrevista à Rádio FM Capital Campo Grande, o ministro disse que o governo apresentará um projeto de simplificação tributária ao Congresso Nacional, junto ao Orçamento. O governo tem até abril para enviar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao Congresso Nacional.

"O melhor de fato é fazermos uma simplificação, uma racionalização tributária", afirmou.

Ele acrescentou que, mesmo com a reforma, a carga tributária brasileira não cairá sem corte de despesas, e ressaltou que o gasto que cresce mais fortemente no Brasil é o da Previdência.

Meirelles, no entanto, minimizou a não votação da reforma da Previdência neste momento dizendo que a mudança é fundamental, mas seu efeito é de longo prazo. "A intervenção no Rio vai durar na pior das hipóteses este ano. Haverá a retomada das discussões da reforma da Previdência após isso", completou.

De acordo com o ministro, sem a reforma da Previdência, haverá uma despesa adicional no ano que vem de R\$ 14 bilhões a R\$ 15 bilhões.

Ele foi questionado na entrevista se sentia "saudades" da CPMF e respondeu que a contribuição resolveu um problema temporário, mas não é capaz de compensar o crescimento das despesas da Previdência.

Reforma do PIS/Cofins pode ficar para agosto

28/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Apesar de integrar a agenda de 15 medidas econômicas prioritárias do governo federal, a proposta de reforma do PIS/Cofins deve demorar mais para ser enviada ao Congresso. Segundo apurou o **Estadão/Broadcast**, o mais provável é que a proposta só seja enviada em agosto com o projeto de lei do Orçamento de 2018.

Há resistências no governo em torno da proposta desenhada pela Receita e que está praticamente pronta, dependendo apenas de uma calibragem final das alíquotas. Uma proposta alternativa à da Receita está sendo elaborada por técnicos do governo para ser submetida ao presidente Michel Temer.

Segundo uma fonte envolvida nas negociações, há preocupação de que o modelo da Receita acabe beneficiando as grandes empresas. Já as demais empresas, com menos capacidade de organização podem ficar prejudicadas por conta da sistemática de compensação de crédito mais ampla que exigirá alíquotas maiores.

Temor

A principal crítica em relação à proposta da Receita é o temor da migração dos chamados regime cumulativo para o não cumulativo.

No regime não cumulativo, usado por grandes indústrias, a alíquota é mais alta. A taxa maior, porém, é compensada: a compra de insumos sobre os quais já incidem PIS/Cofins gera créditos, que são descontados do valor total. Em empresas de prestação serviços e companhias menores, porém, esse abatimento não seria tão benéfico, pois a maior parte dos gastos é com mão de obra, que não gera créditos.

Ou seja, no fim da “simplificação” dos dois tributos, as empresas poderiam acabar pagando mais impostos.

Serviços

Pela proposta do Fisco, as empresas do setor de serviços não serão atingidas pela mudança, se mantendo na sistemática atual de cobrança. Elas poderão continuar pagando pelo sistema cumulativo de cobrança, que tem hoje alíquota de 3,65%.

É uma forma que o governo encontrou para diminuir a resistência dos representantes do setor, que no ano passado fizeram uma mobilização no Congresso e nos gabinetes do governo para impedir que a proposta avançasse, temendo aumento da carga tributária.

As demais empresas, sobretudo da indústria, que pagam pelo sistema não cumulativo, terão a cobrança aperfeiçoada e poderão abater do imposto devido todo o custo do insumo usado.

Setor de serviços vai ficar fora da mudança do PIS/Cofins

28/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O governo quer diminuir os litígios com as empresas que são tributadas pelo PIS/Cofins. Os dois tributos são uns dos mais complexos do sistema tributário brasileiro e passarão por reforma com a proposta de simplificação tributária que o presidente Michel Temer pretende enviar em breve ao Congresso. Hoje, 80% dos novos recursos que ingressam no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) tratam do PIS/Cofins.

O Carf é uma espécie de “tribunal” que avalia questionamentos de contribuintes a débitos aplicados pelo Fisco.

Segundo apurou o Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), as empresas do setor de serviços não serão atingidas pela mudança, mantendo a sistemática atual de cobrança.

Elas poderão continuar pagando pelo sistema cumulativo de cobrança, que tem hoje alíquota de 3,65%. Foi uma forma que o governo encontrou para diminuir a resistência dos representantes do setor, que no ano passado fizeram uma mobilização no Congresso e nos gabinetes do governo para impedir que a proposta avançasse, temendo aumento da carga tributária.

O maior temor do setor de serviços é a migração do regime cumulativo para o não cumulativo – que, na prática, implicaria uma alta de impostos, segundo o segmento. No regime não cumulativo, usado por grandes indústrias, a alíquota é mais alta.

A taxa maior, porém, é compensada: a compra de insumos sobre os quais já incidem PIS/Cofins gera créditos, que são descontados do valor total. Em empresas de prestação serviços, porém, esse abatimento não seria tão benéfico, pois a maior parte dos gastos é com mão de obra, que não gera créditos.

As demais empresas, sobretudo da indústria, que pagam pelo sistema não cumulativo, terão a cobrança aperfeiçoada e poderão abater do imposto devido todo o custo do insumo usado. Isso significa, na prática, a introdução no País no Imposto de Valor Adicionado (IVA). Hoje, nem todos os insumos se transformam em crédito a ser abatido do imposto devido na hora que a empresa vende o seu produto. É sobre essas empresas que as mudanças vão atingir.

A proposta do governo, segundo uma fonte envolvida na elaboração da mudança é que todos os insumos se transformem em créditos financeiros. Como a base de crédito vai aumentar, a proposta prevê um aumento da alíquota para garantir que não haja redução da arrecadação. É a chamada neutralidade tributária: nem aumenta nem diminui a arrecadação.

O governo ainda não fechou os valores. Mas a proposta prevê também a redução dos diversos tipos de alíquota que existem hoje. As mudanças serão feitas em duas etapas. Primeiro o PIS e no ano seguinte a Cofins. Com isso, o governo quer garantir que não terá perda de arrecadação com a nova calibragem da alíquota que levará em conta a ampliação da base de créditos.

Confiança de serviços do Brasil sobe em fevereiro e aponta maior ímpeto de contratações, diz FGV

28/02/2018 – Fonte: Reuters

A confiança de serviços do Brasil avançou em fevereiro e indicou melhora no ímpeto de contratações nos próximos meses, avaliou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta quarta-feira.

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) subiu 1,3 ponto em fevereiro e atingiu 93,1 pontos, o maior patamar desde abril de 2014 (95,9).

“Um efeito importante da melhora do humor das empresas é a melhora do indicador de ímpeto de contratação para os próximos três meses, que atingiu o maior nível desde agosto de 2014”, destacou o consultor da FGV Ibre Silvio Sales em nota.

“Este movimento é relevante porque o setor de serviços é o que mais emprega na economia”, completou.

Sales alertou, entretanto, que os sinais de recuperação dos indicadores de confiança ainda são moderados, o que sugere continuidade da tendência de recuperação gradual no ritmo da atividade.

Fevereiro apresentou alta da confiança em cinco das 13 principais atividades pesquisadas, com melhora tanto na avaliação sobre a situação atual quanto nas expectativas.

O Índice da Situação Atual (ISA-S) subiu 1,2 ponto em fevereiro, para 87,4 pontos, com destaque para o indicador que mede o volume de demanda atual.

Já o Índice de Expectativas (IE-S) avançou 1,5 ponto e foi a 98,9 pontos, mesmo patamar de março de 2014, impulsionado principalmente pelo o indicador que mede o otimismo em relação à situação dos negócios nos seis meses seguintes.

Nesta quarta-feira, a FGV também divulgou que a confiança da indústria voltou a subir em fevereiro diante da melhora das expectativas, ultrapassando o nível neutro de 100 pontos pela primeira vez em mais de quatro anos.

IGP-M deve ter alta em torno de 0,20% em março, projeta FGV

28/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) deve ter leve aceleração em março após subir 0,07% em fevereiro, indica o economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Ainda que evite fazer projeções, Braz acredita que o IGP-M possa subir em torno de 0,20%, como consequência da queda menos intensa esperada pelos produtos in natura no atacado e no varejo e da expectativa de avanços na soja, no minério de ferro e outros insumos para a indústria.

Em fevereiro, o IGP-M fora o menor para o mês desde 2012 (-0,06%) e possibilitou um aumento ligeiro da deflação em 12 meses, de -0,41% para -0,42%. Para o próximo mês, Braz estima aceleração da taxa em 12 meses, visto que, em março de 2017, o IGP-M marcara alta ligeira de 0,01%.

O economista ainda acrescentou que a tendência é de aceleração modesta no indicador durante o ano alinhada à expectativa de recuperação mais forte da economia. A partir de abril, Braz estima que o IGP-M já deve ter alta em 12 meses, já que no mesmo mês do ano passado foi iniciada uma sequência de quedas fortes, com recuo de 1,10%.

“Há expectativa de alta na agricultura mesmo com uma safra similar ao recorde do ano passado. Mas mesmo que alimentação continue favorecendo com taxas baixas, devemos ter alguma alta em itens industrializados como efeito da retomada.”

Essa análise de alimentação ocorre porque, em fevereiro, os produtos alimentícios contribuíram bastante para o arrefecimento do IGP-M, tanto no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que teve queda de 0,02% após alta de 0,91%, quanto no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que desacelerou de 0,56% para 0,28%.

O IPA agropecuário recuou 0,71%, de elevação de 0,17% em janeiro, e o grupo Alimentação (1,11% para 0,07%) foi o principal responsável pelo alívio no varejo, segundo a FGV.

Braz destacou que a queda nos alimentos é generalizada e não somente reflexo da boa oferta sazonal de produtos in natura, que também vêm sendo beneficiados pelo clima bastante favorável no início do ano.

Os itens in natura no IPA caíram 2,24% após alta de 3,21% em janeiro, enquanto os produtos processados, como a carne bovina (0,40% para -4,32%) aumentaram a deflação (-0,36% para -1,96%). No varejo, as hortaliças e legumes saíram de 13,56% para 3,16% e a queda da alcatra (1,96% para -2,90%) foi listada como uma das principais influências de baixa.

“O clima no início desse ano foi uma agradável surpresa, porque esperávamos que não fosse ajudar e está favorecendo bastante, o que contribui para a inflação continuar baixa em 2018.”

Assim, Braz avalia que o Banco Central não deve encontrar nenhum desafio em preços em 2018. “O IPA não mostra nenhuma reviravolta que indique mudança abrupta.” Contudo, o economista avalia que outras questões, como a suspensão da reforma da Previdência, podem impor cautela ao BC.

Ainda que veja alguma aceleração dos produtos in natura, por efeito sazonal, Braz espera que em março os produtos agropecuários continuem negativo, principalmente por processados, que devem seguir com preços baixos para consumidor, beneficiados pelo clima e por questões de mercado. Já Alimentação no IPC deve ter leve avanço, completa o economista, também pela estimada aceleração em itens in natura, o que deve contribuir para alta no varejo para algo em torno de 0,35%.

Em fevereiro, Braz ainda afirmou que o minério de ferro (6,57% para 0,38%) e os combustíveis, como a gasolina (3,20% para -4,56%) e o GLP (6,17% para -0,88%), dentro do IPA, contribuíram para o alívio do IGP-M. Mas o economista acredita que esses itens podem voltar a acelerar em março.

Sob pressão, Cade decide venda da Liquigás para o Ultra

28/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Negócio de R\$ 2,8 bilhões levou o presidente da Petrobras a ligar para o presidente do conselho



Caminhão transporta gás de cozinha - Claudio Goncalvess/Folhapress

A venda da Liquigás, rede de distribuição de gás de cozinha da **Petrobras**, para o grupo Ultra dividiu o **Cade** (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e a tendência é de que o caso seja reprovado nesta quarta-feira (28) por maioria apertada no colegiado.

O negócio de R\$ 2,8 bilhões levou o próprio presidente da estatal, Pedro Parente, a ligar para os conselheiros e o presidente do Cade, Alexandre Barreto, para reforçar a importância da operação para a redução do endividamento.

Parente e os advogados da Petrobras chegaram a defender a venda de metade da Liquigás para concorrentes como forma de reduzir os efeitos de concentração no mercado, o que permitiria a aprovação do Cade.

Discordando da maioria dos conselheiros e da área técnica, que defende a reprovação do caso por não encontrarem "remédios" suficientes, a conselheira Polyanna Vilanova

acolheu a proposta de venda de metade da Liquigás e propôs ao conselho do Cade negociar um "acordo" --já que a conselheira-relatora do caso, Cristiane Alkmin, recomendou a condenação depois de negociar com as empresas sem consenso sobre possíveis "remédios".

Alkmin é contrária à operação assim como os conselheiros João Paulo de Resende, Paulo Burnier e Paula Azevedo. Maurício Maia e Polyanna divergem, recomendando aprovação com "remédios". O presidente Alexandre Barreto disse ao conselho que acompanhará a maioria.

As negociações sobre um acordo se intensificaram nas últimas semanas, quando os conselheiros registraram 17 reuniões com advogados e executivos das empresas envolvidas. Concorrentes que tentam impedir o negócio também fizeram peregrinação ao órgão.

Em caso de reprovação, o grupo Ultra pagará multa de R\$ 280 milhões à Petrobras.

Concentração

Ultragaz e Liquigás são as líderes de um setor no qual quatro empresas dominam 85% das vendas. Se a operação for aprovada, a Ultragaz ficará, sozinha, com 45% do mercado e com níveis de concentração ainda maiores em todo o Sul, na Bahia e em São Paulo.

Em relatório de agosto passado, a área técnica do Cade recomendou a reprovação, afirmando que "não há pacote de remédios" contra o potencial de concentração.

Concluído em novembro de 2016, o processo de venda da Liquigás atraiu também os outros três grandes concorrentes e a Copagaz, que tem 8% do mercado. Gigantes estrangeiras da Turquia e China chegaram a analisar, mas não avançaram.

As concorrentes alegam que a simples venda de bases de distribuição não resolve o problema da concentração. Segundo elas, os botijões são marcados com nomes das empresas e garantem reserva de mercado.

No mercado, uma empresa pega o botijão na casa do cliente. Se for de um concorrente, leva para o pátio e depois troca por um seu pego pelo concorrente. Assim, as empresas precisam ter grandes quantidades de botijões, uma vez que parte deles estará parada com os concorrentes.

Ultra e Liquigás teriam 47,2 milhões de botijões, quase o dobro da terceira colocada em vendas, a Nacional Gas Butano, que tem 26,8 milhões. Ou seja: teriam mais estoque para girar no mercado do que as concorrentes.

Distribuidoras de gás de cozinha seguram corte no preço

28/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Valor cobrado pelas refinarias começou a cair a partir de 6 de janeiro



Dados da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) mostram que as distribuidoras de gás de cozinha vêm segurando o repasse de corte no preço promovido pela Petrobras em janeiro.

De acordo com levantamento da agência, o preço do gás liquefeito de petróleo (GLP, o gás de botijão) nas refinarias caiu 4,95% entre o início do ano e o dia 10 de fevereiro --último dado disponível.

O valor cobrado pelas distribuidoras, porém, subiu 1,39% no mesmo período. São elas que envasam o GLP em botijões e entregam às revendedoras.

No dia 18 de janeiro, após meses de alta expressiva, a Petrobras anunciou uma revisão em sua política de preços para o GLP e um corte de 5% nas refinarias.

Segundo os dados da ANP, o valor cobrado pelas refinarias começou a cair a partir de 6 de janeiro.

Não houve, porém, queda nos preços praticados pelas distribuidoras. Ao contrário, o preço médio verificado pela ANP mostra aumento nas semanas seguintes ao corte da estatal.

"Quando o preço sobe, eles aumentam imediatamente. Mas isso não acontece quando o preço cai", diz José Luiz Rocha, que preside a Abragás (entidade que representa sindicatos de revendedores).

Quatro empresas --Ultragaz, Liquigás, Nacional Gás e Supergasbrás-- controlam 85% das vendas.

O Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás) diz que a análise dos dados da ANP mostra que o segmento teve dificuldades para repassar os aumentos de preços da Petrobras durante o ano de 2017.

Segundo a entidade, nos 12 meses encerrados em janeiro, a margem de lucro das distribuidoras caiu 17,9%.

Artigo: Mudanças históricas, juros históricos

28/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Situação do crédito melhora, continua desmanche da banca estatal e juros roubam poder de consumo



O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn

CHEQUE ESPECIAL e cartão continuam arapucas assassinas mesmo depois da conversa de mudanças do BC e dos bancos. No entanto, a situação geral do crédito no país continuava a melhorar em janeiro, apesar do noticiário pessimista sobre o balanço dos empréstimos bancários, divulgado nesta terça (27).

Cheque especial e cartão de crédito rotativo ou parcelado levam menos de 3% do total do dinheiro emprestado pelos bancos. Desgraçam a vida de muita gente, mas não dizem muito sobre o crédito e a economia.

Em ritmo ainda lerdo, mas acelerando, aumenta o total de dinheiro novo emprestado. De maio de 2014 até meados do ano passado, a concessão de crédito diminuía. No

início deste 2018, crescia 4,5% em relação ao ano passado (média trimestral, em relação ao mesmo período de 2017; crescimento real). Os novos empréstimos de janeiro ainda são menores que os de 2015, uma miséria, mas estamos saindo do buraco.

A despesa mensal das famílias com o pagamento de suas dívidas (o serviço da dívida) baixou ao menor nível médio desde fevereiro de 2011. O gasto com amortização é o menor desde 2005, pelo menos.

O serviço da dívida apenas não é menor porque o gasto com juros ainda é brutal, cerca de 47% do total do pagamento mensal das dívidas, nas mesmas alturas recordes de 2016. Em 2014, os juros levavam 42% do serviço da dívida; em 2010, 36%. Ou seja, o peso dos juros está roubando um pedaço gordo do potencial de consumo dos brasileiros.

O total de dinheiro já emprestado (o estoque) ainda cai, é verdade. Mas esses dados são um tanto atrapalhados pelo encolhimento dos bancos públicos.

O total de crédito desaba nos estatais, em especial no BNDES. Parou agora de cair nos bancos privados nacionais e cresce nos estrangeiros (é um avanço agressivo do Santander para ganhar mercado).

O total de crédito ainda cai porque está em curso a reversão da mudança histórica e calamitosa que foi a estatização de parte gorda do crédito bancário entre fins de Lula 2 e Dilma Rousseff, financiada com aumento da dívida pública. O desmanche ocorre porque:

- 1) Há redução deliberada do tamanho do BNDES e, em menor escala, da Caixa;
- 2) Dadas a crise e a ruína dos investimentos, as empresas buscam menos dinheiro no BNDES;
- 3) O mercado de capitais ocupa parte do espaço do BNDES;
- 4) Os excessos dos anos Dilma tolheram a capacidade de empréstimos dos bancos públicos, que ficaram com pouco capital.

Em meados de 2008, começo da virada estatista, o crédito nos bancos estatais equivalia a uns 13% do PIB; nos bancos privados, 24% do PIB. Em março de 2014, o crédito dos estatais dobrara, para 26% do PIB. Nos privados, ficara relativamente na mesma.

O crescimento do crédito bancário estatal em apenas seis anos equivaleu à criação de um banco do tamanho do Bradesco ou do Itaú. O crédito dos bancos estatais ainda supera o dos privados.

Na média, a taxa de juros bancária e os spreads continuam nos níveis ruins de 2015 (ruim até para a indecência habitual).

Algumas linhas tiveram progressos maiores (veículos) e outras estão em baixas históricas (imóveis, embora talvez o crédito ainda esteja difícil). Mas juros são assunto para outra coluna desta semana.

Vinicius Torres Freire - Na Folha desde 1991. Foi secretário de Redação, editor de 'Dinheiro', 'Opinião' e correspondente em Paris.

28/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Receita operacional da empresa subiu 14,7% em 2017, chegando a R\$ 108,5 bilhões



Companhia reafirma estratégia para diversificar suas operações e reduzir a dependência do minério de ferro - Brendan McDermid / Reuters

A mineradora Vale teve lucro de R\$ 17,6 bilhões em 2017, alta de 28% com relação ao verificado no ano anterior. O resultado foi beneficiado por melhores preços do minério de ferro e menores baixas no valor de ativos.

Apesar da melhora no cenário, a companhia teve em 2017 o menor nível de investimentos desde 2005: US\$ 3,8 bilhões, dos quais US\$ 2,2 bilhões em manutenção. Foi a primeira vez desde 2005 também que os gastos com manutenção foram superiores ao investimento em novos projetos, que somaram US\$ 1,6 bilhão.

Em nota distribuída nesta terça (27), o presidente da companhia, Fabio Schvartsman, disse que "2017 foi o ano de inflexão para a Vale". "Demos início a ambiciosas mudanças em eficiência, gerenciamento de custos e governança corporativa", afirmou. Em 2017, os acionistas da mineradora promoveram uma grande reestruturação societária, extinguindo o bloco de controle - até então nas mãos de Bradesco e dos fundos de pensão Previ (dos empregados do Banco do Brasil), Petros (Petrobras), Funcef (Caixa) e Funcesp (Cesp).

Com melhores preços de venda, a receita operacional da empresa subiu 14,7% em 2017, chegando a R\$ 108,5 bilhões. A geração de caixa medida pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos e amortizações) cresceu 19,7%, para R\$ 48,9 bilhões.

Segundo a companhia, a alta nos preços foi resultado de aumento da demanda global por aço e por cortes de produção e maior controle de poluição na China, que elevaram a demanda por minério de maior qualidade.

Assim, seu preço de venda de minério de ferro subiu 18%, em média no ano, para US\$ 64,2 por tonelada. O preço de venda das pelotas teve alta de 36%, para US\$ 109,2, em função de maiores prêmios atribuídos ao produto.

Na nota de divulgação do resultado, a companhia reafirma, porém, estratégia para diversificar suas operações e reduzir a dependência do minério de ferro, que levou a grandes prejuízos durante os anos de preços em baixa.

"Queremos transformar a Vale em uma empresa mais previsível", disse Schvartsman. Em 2017, o segmento de minério de ferro foi responsável por 73,7% da receita de vendas da mineradora.

Com melhor receita e menos investimentos, a companhia reduziu sua dívida líquida de US\$ 25 bilhões para US\$ 18,1 bilhões durante o ano. Com a entrada de recursos da venda de ativos de fertilizantes, o valor cai ainda mais, para US\$ 14,4 bilhões.

O esforço para a redução da dívida levou a direção da mineradora a optar pelo pagamento do volume mínimo de dividendos previsto em seu estatuto: serão distribuídos R\$ 4,7 bilhões aos acionistas. Na nota, a Vale diz que, com uma dívida menor, poderá adotar uma política de dividendos "mais agressiva".

Gerdau reverte prejuízo e tem lucro líquido ajustado de R\$262 mi no 4º tri; Ebitda ajustado sobe 65%

28/02/2018 – Fonte: Reuters

A Gerdau teve lucro líquido ajustado de 262 milhões de reais no quarto trimestre, ante prejuízo de 203 milhões de reais no mesmo período de 2016, informou o grupo siderúrgico nesta quarta-feira.

A empresa ainda apurou um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de 1,181 bilhão de reais entre outubro a dezembro, salto de 64,9 por cento ante o mesmo período de 2016.

FCA abandonará motores a diesel, o que atingiria Renegade e Compass

28/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Todas as marcas do grupo, que inclui Jeep, Fiat e Maserati, irão se distanciar do óleo combustível



Marcos Camargo

Depois de diversas marcas anunciarem que se distanciarão de combustíveis fósseis, agora é a vez da Fiat Chrysler Automobiles deixar o diesel para trás. De acordo com a publicação Autocar, o grupo decidiu por um ponto final na produção dos motores a diesel até 2022.

Um anúncio oficial da marca será feito em junho. Decisão é decorrência do Dieseldate, escândalo da fraude de emissões que se iniciou em 2015.

O grupo FCA controla as marcas Fiat, Jeep, Dodge, Ram, Alfa Romeo, Chrysler, Maserati, Abarth e Lancia. No Brasil, os motores a diesel do grupo se concentram nos modelos da Ram – que oferece a picape 2500 como modelo único no país – e da Jeep, como Renegade e Compass.

Na Europa, entretanto, onde a Fiat tem um de seus principais mercados, são oferecidos diversos compactos com opções de motores a diesel. Entre eles, quatro modelos da Alfa Romeo, três versões do Fiat 500, Doblò, Tipo, Panda, Qubo e Fullback. Também circulam, na região, os utilitários da Jeep com motores a diesel, como também no Brasil, e até mesmo três modelos da Maserati fazem uso do combustível.



Juarez Ventura

No total, há 20 veículos da FCA, entre modelos e versões, com motores a diesel na Europa. Entre estes, a picape **Fullback** não é produzida com outras motorizações. Ainda não se sabe se a marca interromperá a fabricação de veículos que se enquadrem nessa situação.

A decisão do grupo FCA de deixar de comercializar veículos a diesel é um desdobramento do escândalo do Dieseldate. Em 2015, instituições de vigilância ambiental dos Estados Unidos descobriram que alguns automóveis a diesel da **Volkswagen** estavam emitindo um nível de poluentes acima do permitido pela lei.

Em alguns casos, as emissões chegavam a ser 40 vezes maiores do que o previsto pela legislação.

Após investigações, a montadora alemã confessou que havia instalado um software na unidade de controle de seus motores a diesel com o objetivo de diminuir o nível de emissões quando eles estivessem sendo testados. Após os testes, que eram detectados pelo programa, os motores passavam a liberar químicos nocivos à saúde na atmosfera. A fraude era praticada há diversos anos, afetando milhões de veículos.

A Volkswagen foi multada pela prática, mas durante as investigações, descobriu-se que outras montadoras também poderiam estar envolvidas no esquema. As autoridades de Estados Unidos e Europa seguem analisando a questão, mas sabe-se que o grupo FCA foi acusado pela Kraftfahrt-Bundesamt (KBA), autoridade alemã, de fazer uso do software no modelo **500X**.



Banir o carro a diesel

Em decorrência do escândalo do Dieseldate, diversas fabricantes têm anunciado suas decisões de abandonar o combustível no futuro, alegando, também, queda nas vendas de veículos a diesel. No ano passado, a FCA foi a única entre as 25 maiores montadoras da Europa a não reportar diminuição na categoria, ainda de acordo com o Autocar.

No ano passado, os governos da França, Reino Unido, China e Noruega determinaram que vão banir a venda de carros movidos a diesel ou a gasolina a partir de 2040. Plano semelhante está sendo discutido pelo estado da Califórnia, nos Estados Unidos. No Brasil, um Projeto de Lei também surgiu com a mesma proposta.

As decisões governamentais também podem ser consideradas na análise das decisões das fabricantes. Recentemente a **Porsche** anunciou que deixaria de vender veículos com motores a diesel, citando uma "mudança cultural" no mercado. Já em 2017, a

Volkswagen declarou que deixará de comercializar automóveis da categoria nos Estados Unidos.

Enquanto isso **Aston Martin, Volvo, BMW e Mercedes-Benz** anunciaram, no ano passado, que iriam oferecer opções híbridas ou elétricas para toda ou parte da gama até 2020. Já a Uber informou que não utilizará estes automóveis em Londres a partir de 2019. No Brasil, o óleo foi proibido para veículos de passeio na década de 70.

Financiamentos começam o ano em alta, aponta Banco Central

28/02/2018 – Fonte: Automotive Business



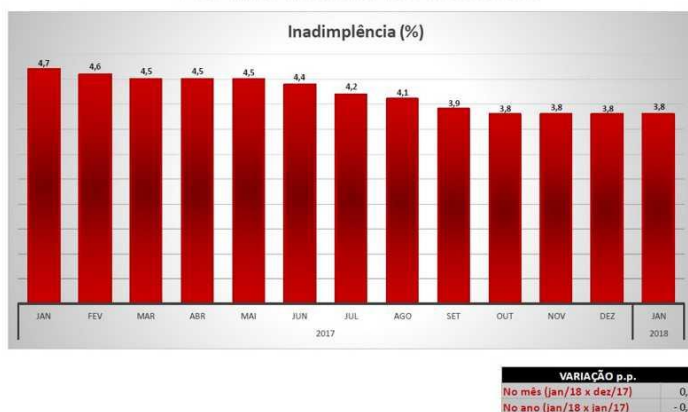
Novas operações somam R\$ 8,54 bi em janeiro, aumento de 28% sobre mesmo mês de 2017

Os **financiamentos** de veículos começaram o ano em alta: dados preliminares do **Banco Central** divulgados na terça-feira, 27, apontam que a liberação de crédito para o segmento atingiu R\$ 8,54 bilhões em novos contratos em janeiro, representando aumento de 28% sobre mesmo mês do ano passado. Já na comparação com dezembro, houve leve alta de 0,7%, demonstrando continuidade do ritmo de recuperação do mercado de veículos.

Com isso, o saldo de financiamentos ativos das carteiras de veículos encerrou o primeiro mês do ano em R\$ 151,5 bilhões, o melhor resultado disparado dos últimos doze meses: há um ano, o balanço registrado era de R\$ 143,6 bilhões. Nesta comparação, o crescimento da carteira chega a 5,5%.

Com o reaquecimento das vendas, que se consolidou a partir de agosto, o volume concedido começou a subir gradativamente até atingir os R\$ 149,8 bilhões em dezembro, o melhor resultado até então e agora superado em 1,1% pelo saldo de janeiro.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS



Outro dado positivo para o setor é a inadimplência, que em janeiro também fechou em 3,8%. O índice dos atrasos nos pagamentos (acima de 90 dias) estagnou neste patamar desde outubro passado. O índice vem caindo paulatinamente e de forma consistente: em janeiro do ano passado, estava em 4,7%.

A taxa média de juros fechou o mês em 22,7% ao ano, aumento de 0,5 ponto porcentual da média verificada em dezembro. Com relação a janeiro de 2017, quando a taxa ficou em 26,2%, há uma queda de 3,5 p.p., reflexo da política de redução da taxa básica de juros ao longo de todo o ano passado. Já o prazo médio ainda está na casa dos 42 meses.

Mercedes-Benz testa caminhões elétricos no dia a dia na Europa

28/02/2018 – Fonte: Automotive Business



Dez eActros farão transporte urbano em condições reais de uso

A **Mercedes** começa a testar neste mês na Europa dez **caminhões elétricos** com peso bruto total (PBT) entre 18 e 25 toneladas.

Os veículos serão avaliados por transportadores em condições reais de uso. A companhia pretende desenvolver veículos de carga silenciosos e livres de emissão para ambientes urbanos. Eles podem entrar em linha em 2021.

“Queremos trabalhar em conjunto com os clientes para avançar ainda mais no desenvolvimento do eActros e torná-lo uma proposta viável do ponto de vista técnico e comercial”, afirma o chefe mundial da Daimler Trucks e da Daimler Buses, Martin Daum.

“Queremos entender o que ainda precisa ser feito em termos de tecnologia, infraestrutura e serviço para tornar nosso caminhão elétrico competitivo”, ressalta.

Neste primeiro momento a Mercedes está repassando a seus clientes as versões de dois e três eixos do eActros, voltadas ao transporte urbano de mercadorias e serviços de entrega. Segundo a empresa, os caminhões têm autonomia de 200 quilômetros.

A Mercedes escolheu transportadores que trabalham com diferentes aplicações, de alimentos e materiais de construção. Os caminhões elétricos vão substituir veículos a diesel. Os transportadores vão testar os eActros por 12 meses. Depois disso os caminhões serão repassados a um segundo grupo para mais um ano de uso.

De acordo com a Mercedes, o sistema de propulsão usa dois motores elétricos instalados nos cubos de roda do eixo traseiro.

Eles têm refrigeração líquida, operam em 400 volts e geram 125 quilowatts cada um, com torque máximo individual de 485 Newtons/metro. As reduções de engrenagem convertem esse torque para 11 mil Nm cada, resultando num desempenho de rotação equivalente ao de um caminhão a diesel.

As baterias se distribuem em 11 conjuntos e são protegidas por compartimentos de aço por motivo de segurança. A recarga ocorre entre três e 11 horas.

28/02/2018 – Fonte: Automotive Business

Sedã nacional deve substituir carro que era importado dos Estados Unidos

A **Toyota** começa em breve a embarcar o sedã **Corolla** fabricado em Indaiatuba (SP) para a Colômbia, como parte da estratégia de ampliar as exportações de seu polo industrial no Brasil.

Desde que começou a ser produzido no País, em 1998, o sedã foi exportado majoritariamente para a Argentina e pequenas quantidades para Uruguai e Paraguai, os outros dois países dos quatro que formam o Mercosul.

Somente no ano passado o Corolla brasileiro começou a alçar voos mais distantes, chegando ao Peru. Agora o mercado colombiano passará a receber o carro dentro de uma cota de livre comércio sem aplicação de impostos, conforme acordo fechado no fim de 2017 entre Brasil e Colômbia. Já existem também negociações com o Chile.

As informações foram confirmadas a **Automotive Business** por Rafael Chang, presidente da Toyota do Brasil. Segundo ele, as exportações do Corolla ao Peru giram entre 2 mil e 3 mil unidades/ano e para a Colômbia esse número "deve ser maior", podendo alcançar 5 mil/ano.

"Mas há potencial para muito mais do que isso", afirma Chang, apontando como fator limitador a falta de capacidade para fazer mais no Brasil.

O sedã é produzido atualmente só em Indaiatuba, que em 2017 bateu seu recorde com 82 mil unidades fabricadas, trabalhando em dois turnos com horas extras. Perto de 16 mil Corolla, 20% da produção, foram embarcados ao exterior e 66 mil ficaram no mercado brasileiro, onde o modelo foi o sétimo carro mais vendido do País.

Com a volta do crescimento do mercado brasileiro, somado ao aumento previsto das exportações e Indaiatuba trabalhando no limite de sua capacidade, o "bom problema" de Chang em 2018 será fazer a produção do Corolla crescer para atender todos os consumidores da região, o que ele não revela como será feito, mas confirma que não estão previstos investimentos em expansão nem adoção da terceira jornada de trabalho na planta.

"O terceiro turno deverá ser adotado apenas em Sorocaba [onde hoje são produzidos Etios hatch e sedã] a partir do terceiro trimestre, quando começaremos a fazer o Yaris lá", diz o executivo.

A fábrica sorocabana recebe investimentos de R\$ 1 bilhão para receber o novo modelo e outros. Poucos anos atrás, a Toyota chegou a programar a transferência de parte da produção do Corolla para Sorocaba, mas o plano foi abortado há dois anos e a montadora resiste em divulgar se poderá ou não retomar essa solução.

Com exceção do bloco do Mercosul, os Corolla vendidos em países latino-americanos eram importados dos Estados Unidos.

Desde os seus primeiros discursos logo que chegou ao Brasil, em 2013, para assumir como CEO da recém-criada divisão América Latina da Toyota, Steve St. Angelo sempre lamentou essa situação, disse que um de seus "sonhos" era exportar os carros feitos no Brasil para toda a região. Ao que parece, o sonho virou meta.

Weg tem lucro líquido de R\$1,142 bi em 2017

28/02/2018 – Fonte: Reuters

A fabricante de motores elétricos e tintas industriais Weg teve lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas de 1,142 bilhão de reais no ano de 2017, 2,2 por cento acima do resultado de 2016, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 4,2 por cento no ano para 1,466 bilhão de reais, enquanto a margem Ebitda avançou 0,4 ponto em 2017 para 15,4 por cento.

MDIC não consegue reposta dos eua em relação à sobretaxa do aço

28/02/2018 – Fonte: Inda

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Marcos Jorge de Lima, reuniu-se nesta terça-feira (27) com o secretário de comércio dos Estados Unidos, Wilber Ross, mas ainda não obteve a resposta final sobre como aquele país irá atuar sobre eventual aplicação de uma sobretaxa sobre as vendas de aço feitas pelo Brasil.

A decisão final deverá ser tomada até 11 de abril pelo presidente Donald Trump, que pediu a aplicação dessa sobretaxa sobre as vendas de vários países. Essa posição gerou receios no Brasil, que envia uma cota alta de aço para os americanos.

De acordo com Lima, Ross ouviu atentamente a explanação do Brasil sobre o setor de aço.

“Nós apresentamos os pontos por parte do Brasil tanto com relação aos semimanufaturados, os semiacabados e com relação ao que isso representa em termos de exportação do Brasil aos EUA, mas também o que nós compramos dos EUA como carvão, por exemplo, em que somos o principal país comprador deles”, afirmou o ministro após deixar o encontro.

Segundo ele, Ross ouviu atentamente e se comprometeu a levar o caso para discussão com Trump.

Caberá recursos

Lima ressaltou, ainda, que o secretário de comércio americano sinalizou que, se a decisão final dos EUA resultar numa sanção que envolva o Brasil, haverá prazos para recursos. “Nesse prazo para recursos serão considerados pedidos de reanálise para a exclusão de países eventualmente afetados por uma medida”, afirmou o ministro.

Por outro lado, mesmo falando sobre a possível necessidade de ingressar com recursos, durante uma discussão que demorou 40 minutos, o secretário americano não indicou que a decisão final será prejudicial ao Brasil.

“Ele se deteve a falar de forma mais ampla com relação à potencial decisão por parte do presidente Trump, mas também sinalizou que haverá, sim, prazo de recurso e que nesse prazo será analisada também a possibilidade de exclusão.”

Na visão do ministro brasileiro, o secretário americano não indicou como será a decisão final. Para ele, não houve nenhuma sinalização, “uma vez que a decisão, como ele colocou, é própria do presidente Trump”. “Agora, ele se comprometeu em levar os nossos pontos e deixou mais claro para a gente como se dará o processo”, completou.

Ross disse, ainda, que a relação comercial com o Brasil é muito boa e que não representa nenhum déficit comercial para os Estados Unidos.

“Saí confiante da reunião”, disse o ministro. “Acho que foi uma reunião boa, na qual conseguimos debater o comércio de forma ampla e levamos para o lado americano a nossa preocupação. Mas não apenas isso, que, nesse caso especificamente do aço, e que está repercutindo mais nesse momento, nós somos parceiros. Nós somos países que estamos discutindo em conjunto o problema e buscando alternativas, e não sendo o Brasil um risco para o lado americano.”

Lima deverá deixar os EUA e retornará a Brasília nesta terça-feira.